

CPC V – EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Educação do Campo, Política Pública e Extensão do Campo: uma alternativa para o serviço de extensão rural oficial vigente.

José Ribamar F. de Souza – UFC - Email: ribafurta@yahoo.com.br.¹

1. INTRODUÇÃO

A Extensão Rural adotada no Brasil foi importada no pós-guerra como um dos instrumentos da política de desenvolvimento então vigente, marcada pela conjuntura da guerra fria, na qual o Brasil se alinhou ao bloco “capitalista”, liderado pelos Estados Unidos. O objetivo de sua criação era de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura. Atravessou várias fases, chegando ao governo Lula totalmente desmobilizada, quase em fase de extinção.

Como uma demanda apresentada tanto pelos movimentos sociais e organizações ligadas aos interesses da agricultura familiar de todo o País, quanto pelas próprias instituições governamentais responsáveis pela execução dessa política em especial as EMATER, o governo cria e põe em execução a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), de âmbito nacional.

Proposta pelo MDA/SAF, em 2004, tenta retomar e fortalecer o serviço de ATER em novas bases, incluindo agora, novos atores sociais, tais como, as organizações de produtores, Organizações Não Governamentais (ONG), e a extensão privada, com o apoio da política nacional de ATER. Sua atuação, com respeito às ações a serem apoiadas e desenvolvidas pelos serviços de ATER pública, seguirá uma missão, objetivos, orientações estratégicas e metodológicas que se constituem em elementos-chave (PNATER, 2008). Entra em cena a Educação Popular, a agroecologia, a diversidade do campo, enfim os princípios que regem a Educação do campo. Este processo participativo é subsidiário de um cenário favorável para a implementação de “uma Política de ATER que atenda aos anseios da sociedade e, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais” (MDA/SAF/PNATER, 2008, p. 3).

Dessa maneira a ATER oficial tem um papel crucial no desenvolvimento do país, e precisa acompanhar este movimento de mudança. Passa a ter um novo olhar sobre a

¹ PhD, professor pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da UFC e consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA).

sua missão, intensifica as relações com parceiros e destinatários da sua ação, procede à inovação dos seus serviços/produtos, que precisam estar mais próximos das necessidades dos cidadãos e das empresas. Ou seja, passa a repensar as suas próprias abordagens de formação, gestão e organização.

Para essa reflexão a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) com o apoio do MDA/SAF decidiu realizar uma pesquisa nos Estados do Nordeste, como primeiro passo, visando inteirar-se de aspectos da realidade institucional nos seus ambientes interno e externo, para apresentar uma proposta de construção de um projeto de mudanças que contemple “uma nova instituição e uma nova profissionalização” (MDA, 2004) de ATER pública objetivando a implementação da Política de Ater e garantir a sustentabilidade da agricultura familiar.

Na aceitação do convite como pesquisador da UFC e consultor do Instituto Internacional de Cooperação para Agricultura (IICA), considerando nosso envolvimento orgânico (ensino-pesquisa-extensão), com a graduação e a pós-graduação, no eixo de pesquisa em educação do campo e políticas públicas, e preocupado em acompanhar a evolução das políticas públicas do setor, por iniciativa própria, busquei aprofundar na investigação, dois aspectos principais: (a) prática profissional dos “extensionistas” e, (b) uma possível demanda de formação dos profissionais. Assim, refletimos sobre as contribuições que a educação do campo, pode trazer para a mudança de abordagem teórico-metodológica da ATER nacional, na formação de seus técnicos e dos povos do campo, na perspectiva do desenvolvimento de sociedades sustentáveis, que considera a justiça sócio-ambiental. Isto é importante porque sua atual política, consubstanciada na PNATER, é sensível à esta perspectiva. Definiu-se assim o que queríamos investigar sobre a temática, ou seja, o objeto de estudo: a demanda de formação para qualificar os profissionais da ATER oficial..

Considerando o contexto acima surge a inquietação dos atores, que originou a questão central da pesquisa, ou seja: os “extensionistas” das instituições de ATER tem uma prática qualificada, para implementar a PNATER? Haja vista, que entre os pilares que dão suporte à Política de ATER, destacam-se: o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir o respeito à diversidade dos povos do campo, enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Temas, muito recentes, nas políticas nacionais, para os quais é ainda preciso reflexão e construção de novas posturas, não somente da parte dos profissionais, como também

dos próprios povos do campo. Para responder ao questionamento central a pesquisa procurou ouvir o que dizem os atores sociais e institucionais a respeito da prática dos profissionais do campo, “extensionistas” e seus achados aqui relatados.

Ele está estruturado em itens que além desta Introdução, que contextualiza o problema da pesquisa, apresentando a história dos paradigmas da extensão rural, apresenta seus objetivos, em seguida destaca os fundamentos teóricos, descreve a metodologia utilizada na investigação, desde a coleta aos procedimentos utilizados para organização, e análise dos dados. Na seqüência são apresentados os resultados alcançados. Finalmente, alguns pontos são considerados, fruto das reflexões sobre o material das entrevistas, realçando aspectos positivos dos achados da investigação, apontando e sugerindo ações.

2. OBJETIVOS

Geral - Estudar a prática dos “extensionistas” dos órgãos de Extensão Rural do nordeste a partir da leitura dos atores sociais e institucionais que estão envolvidos direta ou indiretamente com essa prática, relacionando-a com os princípios e diretrizes da PNATER, com vistas identificar demandas de formação para contribuir com a execução da política de ATER.

Específicos - a) Estudar a PNATER com vistas a identificar as características da uma formação necessária aos profissionais que a executam; b) Conhecer a prática dos “extensionistas” a partir da leitura dos atores sociais e institucionais;c) Identificar demandas de capacitação necessárias à implementação da política, a partir das características explicitadas pelos sujeitos da pesquisa

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por muito tempo, a extensão adotou uma abordagem difusionista, denominada de “familiar assistencialista” (CAPORAL, 1998), baseada nos princípios da Sociologia Rural da Escola Americana, conhecida como *Rural Sociology*. A concepção era de que a difusão de tecnologia é capaz de promover uma melhoria do “nível de vida” dos agricultores (as), uma vez que promove um aumento de produção e produtividade na agricultura, criando assim, excedentes para a exportação e aumentando a renda destes. Acredita que as inovações tecnológicas sejam adotadas primeiramente pelos agricultores (as) inovadores, os quais, influenciam os retardatários, à sua adoção. Desta maneira, seria apenas uma questão de tempo para que todos fossem beneficiados pelas inovações

tecnológicas (ROGERS, 1983). O crédito rural era o instrumento de trabalho com agricultores (as), suas famílias e comunidades, apresentando um forte caráter social, especialmente fundado no *community development*², que “entende a comunidade, as organizações e os grupos de agricultores (as) como sendo instrumentos de cunho apolítico, para organizar os meios de produção” (HALL, 1988, p.12).

Assim, considerando a extensão como meio de difundir as inovações tecnológicas, o modelo de comunicação adotado era o de “mão-única”, pelo qual, os extensionistas eram considerados a fonte de informação e os agricultores (as) meros receptores desta. Vale ressaltar que Paulo Freire, em 1969, dedicou uma obra ao estudo da relação extensão-comunicação, trazendo reflexões sobre o trabalho extensionista, numa linha dialógica e onde o técnico é visto como um educador. Suas palavras tiveram ressonância nas discussões da instituição, mas de fato, pouco de concreto mudou na prática profissional, visto que supunham uma mudança de postura política, e, antes de tudo uma visão do agricultor como sujeito do processo de extensão, e não, objeto.

Na prática, a ação da extensão favorecida pelo modelo institucional, adotado pelo regime militar ditatorial, foi instrumento fundamental da política de desenvolvimento, que consolidou a chamada “revolução verde”³. Seus efeitos mostraram-se essencialmente excludentes, uma vez que a organização rural foi reduzida a aglutinar os agricultores (as) em torno de cooperativas de produção, criadas com incentivos oficiais significativos, e que em geral, cresceram ficando inacessíveis aos pequenos agricultores (as). Desta forma, ao longo dos anos, a extensão acabou contribuindo para aumentar a concentração da riqueza e poder no campo, a queda da produção de produtos de subsistência, o êxodo rural descontrolado, responsável em grande parte, pela formação de favelas. Além disso, a abordagem de educação era assistencialista, reprodutora de técnicas agrícolas e regras, limitando-se a ensinar noções de saúde, higiene e organização do lar.

O tema participação aparece mais fortemente, no final do século passado, assim como, a preocupação com o componente ambiental, embora, segundo Caporal (1980), ainda impregnado pela visão conservacionista. O autor chama de período crítico reflexivo e de tradição ambientalista. Buscam-se alternativas tecnológicas na perspectiva de aproveitamento dos recursos naturais, das energias alternativas, mas a metodologia de

² A abordagem de “desenvolvimento comunitário” ou “animação rural”, foi usada no período de 1930 a 1960, principalmente nas colônias africanas, na fase de emancipação dos países, como forma dos governos promoverem a participação das populações rurais nos projetos nacionais de desenvolvimento (Hall, 1988).

³ Movimento iniciado nos anos 50, caracterizado pelo uso intensivo de insumos químicos, combinando a utilização de sementes híbridas e a mecanização agrícola.

trabalho do “extensionista” permanece sem muitas alterações. A tentativa mais importante para superar as “fraquezas” evidenciadas da abordagem difusionista, constituiu-se na abordagem sistêmica com base principalmente nas idéias de Norman, (1980); Shanner, Philipp, Snmeehl, (1981), e se propunha desenvolver uma estreita relação entre as atividades agropecuárias, procurando entender o sistema agrícola na sua totalidade. Esta abordagem, portanto, contrapunha-se à postura autoritária, da abordagem difusionista, destacando os “sistemas de produção” como forma de valorizar a realidade dos agricultores (as). Defendia o envolvimento do agricultor na geração de tecnologia através do *farming systems research – FSR* (Shanner, 1981), o que inegavelmente, significou um avanço, embora ainda impregnada de princípios tradicionalmente difusionistas.

As tentativas da extensão rural de adaptar-se à nova realidade que se descortinou no país, entretanto, não foram bem sucedidas, na segunda metade da década de oitenta, quando grandes contradições na sociedade, tornaram-se visíveis. Senão vejamos, algumas delas: o processo de redemocratização, a retomada da reforma agrária, o espaço político ganho pelos agricultores (as) familiares e trabalhadores rurais, o aumento da importância dos movimentos sociais e por outro lado, o crescimento dos conglomerados agro-industriais e a queda das barreiras alfandegárias. A tendência neo-liberal sobrepôs-se e o Estado desresponsabiliza-se da educação não formal no campo, levando a uma desarticulação do sistema, estagnação das propostas e perplexidade frente aos novos desafios colocados pela sociedade. Assim, a extensão depara-se, nos anos de 1990, e já na entrada do novo milênio, com uma conjuntura para a qual não está preparada para atuar com os novos paradigmas em construção e as novas tendências no campo, tais como a Globalização, a Reestruturação Produtiva e a nova Institucionalidade do Estado.

Uma tentativa de saída desta problemática sugere uma abordagem que promova a participação dos profissionais e agricultores (as) (as) como sujeitos do processo de desenvolvimento, e, nesta condição, possam ajudar na construção da sociedade. Torna-se necessário uma ação mais abrangente e dinâmica onde o conhecimento do técnico e do agricultor(a) seja considerado no processo de aprendizagem e na construção do conhecimento, onde como atores, aprendem a partir da prática (FREIRE, 1972; CHAMBERS, 1993). Ela assume então, segundo Costa (2001), um caráter extremamente social, participativo, vinculado a um forte posicionamento político, representando “uma tomada de posição frente a uma necessidade sentida de mudanças” (ASAE, p.3, 1986), segundo o próprio documento da associação dos servidores. Estes chegam a falar de “um

processo educativo dialógico e propõe a organização como condição básica para a participação no desenvolvimento” (idem).

Assim, tomamos como referência teórica para a resposta ao questionamento inicial uma formação fundamentada na Pedagogia de Paulo Freire no seu sentido mais amplo e na perspectiva da construção coletiva de conhecimentos e saberes..Inspirados na perspectiva “Freireana” partimos da crença de que formação é um fenômeno que se dá no indivíduo, enquanto este se compromete com ações coletivas de transformação de sua realidade social, e não enquanto aquisição de habilidades técnicas individualizadas, tampouco como aquisição meramente cognitiva, busca auxiliar o sujeito a pensar criticamente e a tomar decisões frente ao mundo. (FURTADO & FURTADO, 2000) Essa formação baseia-se numa “educação que, enquanto ato de conhecimento, não apenas se centre no ensino dos conteúdos, mas que desafie o educando a aventurar-se no exercício de não só falar de mudança do mundo, mas de com ela realmente compromete-se” (FREIRE, 2000: 96).

Nesta perspectiva, conforme (FURTADO,1999) a Educação do Campo é convocada: urge que uma nova abordagem seja implementada. A realidade requer um profissional que atue no sentido de estabelecer relações democráticas com os agricultores (as), relações dialógicas, evitando reproduzir relações autoritárias tradicionais, culturalmente arraigadas. Um novo profissional capaz de refletir sobre sua prática, interagir com outros profissionais e com os agricultores (as), capaz de promover a reflexão ‘na’ e ‘sobre’ a ação”.

Um profissional com essa postura é mais que um técnico é um profissional reflexivo e interativo (SHON,1986). É um educador do campo. Ele é questionador, crítico, democrático, despojado, solidário, identificado com o coletivo, defensor da justiça sócio-ambiental e comprometido com a sociedade, através de uma formação crítica. Ele luta pelas mudanças estruturais, age para a inclusão social e exercício dos direitos sociais. Por essas questões conceituais preferimos a denominação Educador(a) do Campo e sua ação, Extensão do Campo, ao invés de Extensionista Rural, e Extensão Rural, respectivamente. Estas despontam como características coerentes com: “dono do saber”, “professor”, numa relação “médico e paciente” e a ação é autoritária.

3. METODOLOGIA

A pesquisa consistiu em um levantamento de dados – *survey*⁴ – da realidade do serviço oficial de ATER na região nordestina. O resultado deveria contribuir para a construção de um novo desenho institucional e de uma nova concepção da ação educador do campo ser implementada na região, na perspectiva de considerar como sujeitos, todos os atores interessados no processo construtivo.

A ação investigativa foi desenvolvida, através de: contatos pessoais e por meio eletrônico, entrevistas individuais e grupais, transcrição da gravação das entrevistas, observações com registros em diário de campo e elaboração e análise de documentos que fizeram parte de outras atividades da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e de seu Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) do MDA. Foram realizadas entrevistas com os dirigentes das entidades estaduais e com as associações e sindicatos dos trabalhadores das mesmas, em nove Estados: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Foram levantados temas que depois poderiam ser transformados em categorias e subcategorias⁵ de análise, acrescidas de outras advindas da realidade. Previamente, foram definidos os seguintes: I ambiência institucional (origem dos órgãos, força-de-trabalho, relacionamento, conhecimento da Política Nacional de ATER (PNATER); controle social, estrutura); II legitimação da proposta; III avaliação das políticas e gestores (sistema ATER–oficial e não oficial; MDA/SAF/DATER; e Asbraer); IV problemas (administrativos e financeiros, formação dos profissionais, concepção político–ideológica); V sugestões; VI Contribuição das Parcerias.

No sentido de permitir uma melhor compreensão dos achados, explicito a metodologia da pesquisa diagnóstica como um todo, mostrando o que dela foi tomado para este estudo. Inicialmente foi feita uma breve pesquisa documental utilizando meio eletrônico e convencional, onde foram levantadas algumas informações a respeito das instituições a serem contatadas. O próximo passo foi elaborar um instrumento metodológico, no caso uma entrevista semi-estruturada do tipo focalizada. As entrevistas foram gravadas, transcritas e sistematizadas. Estes dados foram organizados e seus resultados analisados, utilizando-se o programa NUD'IST, de análise qualitativa de dados primários. Foram entrevistadas quarenta e três pessoas (43), entre dirigentes, representantes das associações e sindicatos e outros trabalhadores que participaram das

⁴ Sondagem. Método de diagnóstico que consiste em levantar dados parciais que permitam um resultado representativo do tema pesquisado.

⁵ Para uma melhor visualização da realidade sondada as categorias foram subdivididas. Em sub-categorias

reuniões com seus órgãos representativos. Cada entrevista teve em média, a duração de uma hora com os dirigentes e com os órgãos das categorias e, dependendo do número de presentes, chegou até a duas horas, isto porque algumas entrevistas foram feitas em grupo. Além das entrevistas foram analisados os documentos PNATER) e PRONATER.

O procedimento adotado para a organização, sistematização e análise dos dados obtidos, foi o seguinte: (a) análise prévia das falas dos entrevistados; (b) construção empírica das possíveis questões geradoras das categorias;(c) sistematização destas informações em um quadro analítico prévio; (d) transcrição na íntegra, das entrevistas gravadas; (e) leitura exaustiva das entrevistas transcritas para a confirmação das questões geradoras, construídas previamente; (f) organização em relatórios temáticos, extraídos das questões das entrevistas, com a utilização do Programa Nudist, selecionando-se das falas dos entrevistados, aquilo que havia de comum, independente da questão em que aparecesse; (g) construção de categorias e subcategorias de análise⁶ a partir dos temas eleitos, com suas respectivas especificações. h) as categorias levantadas previamente foram confirmadas quando da análise das questões, tendo ainda surgido outras que haviam sido levantadas pelos entrevistados.

À partir dos dados obtidos e à luz das categorias, um quadro síntese de análise foi elaborado. Neste, foram organizadas as respostas às entrevistas dentro das categorias e sub-categorias de análise (coluna à esquerda) advindas das questões geradoras (perguntas) que foram apresentadas aos participantes dos encontros de sondagem. As respostas estão apresentadas na coluna Especificação (à direita) e correspondem ao detalhamento das categorias tomadas para análise. Neste quadro estão apresentados os itens que contribuíram para a reflexão trazida neste trabalho, embora outros tenham feito parte da investigação, mas como não dizem respeito diretamente a demanda de formação em discussão, foram suprimidos do texto.

⁶ Oriundas de leituras e re-leituras das entrevistas permitindo a elaboração de sínteses provisórias e a visualização de falas referindo-se aos mesmos assuntos. "... Estes nomeados pelo aspecto do fenômeno a que se referem, constituem uma categoria (SYSMANKIS, 2002, p. 75).

Quadro Analítico das Entrevistas

CATEGORIAS DE ANÁLISE	ESPECIFICAÇÃO
1. Ambiente Institucional	;
Conhecimento da PNATER	1. Nas sedes que não legitimam PNATER – mínimo; 2. Nas sedes que legitimam PNATER – suficiente, com alguns esforços de esclarecimento; 3. No campo – sofrível. geral, técnicos de campo não conhecem a PNATER.
Controle Social	1. Participação é consentida; Participação é constrangida. “A Empresa é fechada às organizações da sociedade”. “Internamente aqui há uma certa ojeriza à participação das organizações da sociedade”
2. Legitimação da Proposta	1. Direção Superior - Alguns dirigentes nos Estados consideram que “tá vindo mais do que na hora”. Há uma tentativa de construção de uma identidade - a partir do compromisso da diretoria da empresa; 2. Presença do MDA - contribuindo ou testemunhando iniciativas nos estados; 3. Cuidados com parcerias – garantir a identidade da PNATER 4. “Está sendo feito um trabalho de legitimação da política de ATER, que se contrapõe ao modelo anterior, da Revolução Verde, da reprodução do capital, que pressupõe a agricultor como sujeito da ação da ATER”
3. Avaliação das Políticas e Gestores	
Sistema ATER – Oficial	1. Visão predominante - transferência de tecnologia; pouco conhecimento dos métodos da educação popular; 2. Abrangência - ATER pública não tem condições de cobrir todo o Estado; 3. “Correria” ao crédito e falta do acompanhamento; 4. Desconfiguração de propostas próximas a PNATER; 5. Contudo, em estados ou regiões, ainda perdura a “...cultura extensionista.
Sistema ATER – Não Oficial	1. O esvaziamento do sistema oficial gerou um espaço para ONG. No governo Lula surgiu várias oportunidades, principalmente na Reforma Agrária, o que gerou migração de técnicos para o governo federal. Passaram por um momento de adaptação, ou de readaptação a essa nova realidade, e agora, estão num momento difícil por falta de quadros. A diferença, com o sistema oficial, é que as ONG em sua maioria, têm com paradigma uma matriz conceitual, a agroecologia, convivência com o semi-árido, reconhecem o saber do agricultor como elemento central no processo de desenvolvimento, as famílias como elemento mais importante, mesmo que ela tenha dificuldade em fazer isso. Têm história de construção de referenciais ⁷ , mas falta acompanhamento; 2. Atuação localizada, mas “..que faz um auê grande”. “Cada um puxando a brasa pra sua sardinha. Defendendo o seu pedaço”; 3. Os movimentos sociais têm experiências importantes
MDA/SAF/DATER/Asbraer	1. Têm procurado dar apoio, com recursos, com capacitação: “o pessoal do MDA tem estado aqui contribuindo ou testemunhando iniciativas nossas nessa construção”; 2. A criação do DATER e suas ações estão dando credibilidade, “um ambiente”, “um perfil”. Ainda está engatinhando. O esforço é muito importante, mas o volume de recursos é insipiente; 3. Está precisando uma aproximação maior com as entidades estaduais; 4. A Asbraer procurou coordenar o sistema, aglutinar todos os associados, mesmo com os “sacrificados” recursos financeiros e sua estrutura. Está um pouco conservadora, mantendo posição da extensão rural das décadas de 60, 70 na contra-mão do que estão cobrando, propondo, os agricultores (as); 5. Pode ser um facilitador da

⁷ Entendimento expresso pelos técnicos

	transferência de algumas tecnologias e da troca de experiências
4. Problemas	
Formação dos Profissionais	1. As profissões, exemplo: agrônomo, sociólogo, veterinário etc., estão amarradas na <i>sua</i> formação acadêmica, dos anos 70, que dificulta trabalhar na proposta de extensão da PNATER; 2. Ausência de compromisso/ética - Educador do campo que “entra nessa para aplicar mais crédito”; visitas <i>beija-flor</i> , fazendo “compadrio com dois ou três membros da associação”; técnicos que não comparecem às comunidades e aos assentamentos; 3. Vinculação político-partidária de muitos técnicos; 4. Deficiência no campo metodológico. “...desse processo realmente de construção participativa do conhecimento, de gestão do conhecimento”; 5. Deficiência em conhecimento técnico.
Concepção Político-Ideológica	1. Identificação - profissionais e dirigentes, em alguns estados, com a proposta da PNATER . Outros, com o “agronegócio, o grande”; 2. Direcionamento da pesquisa oficial - não está voltada para agricultores (as) familiares. É esquecida a multifuncionalidade da agricultura; 3. Cristalização de concepção - empresas e governos dos estados têm dificuldades de romper com o modelo tradicional de tecnologia, “que pensa que os agricultores (as) não sabem de nada”; 4. “A linha da empresa é sair da linha de indicadores de esforços e entrar em indicadores de resultados”; 5. Montagem de pacote tecnológico para o agronegócio. O agronegócio disputando hegemonia ⁸ ; 6. Tentando <i>quebrar</i> o que resta de postura autônoma, administrativa, do coordenador regional. A intenção é ter “autonomia”, consentida, dentro da visão da empresa. “Hoje nós temos que ser competitivos”. Temos que receber parceiros; 7. Tudo coerente com o mercado, até a gestão. “Existe deficiência de quadros com capacidade gerencial,..., “A questão fundamental é ter gente com capacidade gerencial”, para cumprir o foco de resultados”; 8. Compreensão do que é tecnologia de informática – TI – “Servidores que ainda não enxergam que TI não é somente computador”, menos ainda como um editor de texto, como uma “máquina de datilografia”, ou ainda como planilha Excel, “como uma máquina FACIT”. Alguns servidores têm dificuldade de utilizar Internet para além de passar e-mail.
5. Sugestões	
Concepção Político-Ideológica	Discutir com as instituições outra concepção de desenvolvimento, com base em agroecologia, em sócio-economia solidária, construído com os agricultores (as); 2. Políticas públicas de acordo com a realidade, em todas as fases do planejamento; 3. Capacitação dos técnicos de acordo com a PNATER “...com metodologias que estimulem e fortaleçam a participação das organizações populares, para essa nova visão”. Não somente um curso de agroecologia, por exemplo, mas, fundamentalmente, sobre a concepção, e que seja <i>capacitação continuada, fazendo relação teoria com a prática</i>
Formação de Profissionais	1. “A gente tem que ser capacitado dentro dessa nova linha que o DATER e a Secretaria de Agricultura Familiar estão fazendo”. “Essa renovação, para mim, é mais importante que a renovação simplesmente física da Empresa”. “Educação permanente, continuada, assistida. Se não fizer isso, não adianta nada”; 2. “Capacidade de entender o seu compromisso ético/institucional”. “Reconhecimento de sua responsabilidade pública e social dentro da instituição”
Políticas e Gestores	1. Governo federal fazer gestões junto aos governadores, mostrando o “outro lado da extensão”, suas potencialidades e vantagens para os próprios governos deles; 2. Os Ministros ⁹ e Governadores, e seus Secretários e demais dirigentes, “alinham” entre si, nas esferas federal e estadual, e entre elas, os conceitos da PNATER; 4. Criação de um Conselho de Assistência Técnica e

⁸ Agropólo é um agrupamento de municípios sempre referenciado a um ou mais produtos da “pauta de exportação”.

⁹ MDA, MAPA, MDS, MINTER, EDUCAÇÃO, AMBIENTE

	Extensão Rural, envolvendo a extensão rural oficial, as ONG e a iniciativa privada que prestam assistência técnica. Nas três esferas. “Uma instância que possa articular, aproximar, as discussões pertinentes à qualidade dos serviços que estão prestando”; 5. O DATER assumir a coordenação da extensão rural. Fazer integração e articulação das ações de extensão no País, sendo um interlocutor, com o MDA, junto às políticas (os processos), e em Brasília, a partir dos municípios; 6. DATER e o MDA fortalecerem capacitação para conviver na presente realidade; 7. EmATER ser o órgão executor/articulador das diversas Secretarias no meio rural, com um conselho mais aberto, como forma de articular as diversas políticas públicas; 8. Aproximação entre os técnicos do MDA e da EmATER dos estados.
Municípios	1. Parcerias com movimentos sociais; 2. Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável; 3. Capacitação
Controle Social da Empresa	1. A partir dos Conselhos Municipais, do Conselho Estadual, o CTA – Conselho Técnico e Administrativo (da EmATER), através do planejamento, execução e avaliação das atividades da Empresa, com a presença de organizações de agricultores (as), de assessoria, as secretaria municipais de agricultura, ONG, Universidades.; 2. “É trabalhar os atores. É pegar o agricultor e a Empresa e discutir os rumos, porque tudo que vem pra cá é do jeito que o governo quer. Se tiver participação dos técnicos da EmATER, como empregados da EmATER, como prestadores de serviço para o agricultor, sai alguma coisa, com certeza”; 3. “Eu ia lá pro campo e começava a Empresa de lá”.
Representação de Servidores	1. Transcender a fronteira do corporativismo. “Ou a gente entra na luta pela Reforma Agrária e pela Agricultura Familiar, e não ter apenas preocupações corporativas e trabalhar questões salariais, ou isso aqui não vai existir mais”; 2. Valorização da auto-estima; 3. Abertura para o diálogo, com mobilização da sociedade

1. RESULTADOS ALCANÇADOS

Em síntese, os destaques dos achados considerados importantes e conclusivos deste estudo estão pontuados a seguir: (a) o conhecimento das políticas é insuficiente em todos os Estados. Além de alguns estados não concordarem com a abordagem da política de ATER, outros, sofreram problemas administrativos e financeiros que inviabilizam tentativas de sua implementação. Ocorre entre os dirigentes um trabalho de invalidação da PNATER, nos Estados que se aproximam ou que atuam na linha do agronegócio. Isso às vezes é perceptível, outras vezes não; (b) Enormes dificuldades com os quadros de servidores, considerando necessidades qualitativas e quantitativas; encontra-se corporativismo e consciência ingênua no encaminhamento das questões; (c) os quadros de servidores temporários, ADR e Agente Rural, ou outros, mesmo abstraindo a reflexão sobre sua ação, no momento, já constitui um problema que está gravemente se avolumando. No que toca à sua ação, podem ser vistos como um forte entrave à Política, seja pela ação pontual que desenvolvem, como também porque não vivenciaram um processo de formação. Eles não vivenciaram um processo de formação em Extensão Rural condizente com suas atividades, e assim mesmo, numa abordagem tecnicista tradicional. Não atuam como extensionistas rurais, desenvolvendo ações de assistência técnica; (d) há um distanciamento dos Movimentos Sociais, nas ações em todos os estados, o que, na opinião dos entrevistados, deve ser corrigido, uma vez que eles teriam muito a contribuir na construção coletiva. As ONGs, algumas com competente atuação, também devem ser consideradas; (e) instituições de mais peso, presentes dentro das Empresas, como, por exemplo, o SEBRAE, cuja atuação é favorável ao agronegócio, talvez sejam as que mais merecem preocupação para a estratégia de implementação de uma abordagem com base nos princípios da Educação Popular; (f) o não-entendimento entre diversos Ministérios, a falta de unidade de ação, no contexto de estados, onde a hegemonia de blocos neoliberais apresenta-se como uma dificuldade, pode contribuir para dificultar a implantação da abordagem; (g) o controle social é combatido em estados marcadamente favoráveis ao agronegócio. Naqueles em que a política de ATER tem favorabilidade, e até em outros, com ações de implementação em curso, ainda não pode ser visualizado; (h) mesmo ocorrendo uma simpatia geral da política proposta pelo Governo Federal, importa cuidar das ações caso a caso, porque em cada um, ele tem projeções diferenciadas. Em alguns, onde o Governo do Estado tem posicionamento político de oposição, há um controle de suas ações, o que representa uma dificuldade; (i) a concepção de ATER está

descontextualizada na prática, em relação à pedagogia implícita na PNATER e quanto aos métodos. A abordagem tradicional do trabalho extensionista, não mais tem ressonância entre agricultores (as) e técnicos. Estes por sua vez, consideram-se insatisfeitos por não sentirem uma contribuição efetiva do seu trabalho com os agricultores (as). A execução de tarefas está em muitos casos desprovida de planejamento, havendo improvisação sem criação e sem reflexão na ação, ativismo e adoção de técnicas de comunicação e informação, inapropriadas. Daí ser a formação de profissionais para a PNATER recomendável para todos os Estados, principalmente naqueles onde a presença neoliberal é mais forte. Deverá haver cuidado quanto ao enfoque a ser dado em cada estado, dadas as suas singularidades. Assim, a formação na perspectiva da Educação Popular deve ser realizada, considerando também diferentes formas de fazê-la. Em alguns casos, ela é incorporada quase que ao cotidiano dos profissionais, na forma de reflexões “na” e “sobre” a prática, o que leva à organização no sentido da transformação da realidade, tanto institucional, quanto do campo. Em outros, é vista na forma de cursos, palestras e encontros, para manter acessa uma chama proposta pela PNATER; (i) por outro lado, não há como deixar de reconhecer que as instituições governamentais de ATER têm um reconhecimento institucional na sociedade, ainda apresentando espaço para a ação sindical, têm infra-estrutura instalada (física, humana e material), experiências acumuladas, capilaridade. Algumas têm demonstrado enraizamento local, e são identificadas pela resistência, assegurada pelo espírito educador do campo e pelo espírito de corpo no sentido da consciência organizativa.

Como se vê, as falas dos sujeitos da pesquisa, especialmente dos dirigentes, refletem uma realidade que não expressa na prática, toda a dinâmica vivida pelas instituições de ATER oficial, em relação aos paradigmas abraçados na sua atuação, buscando superar as dificuldades das transições político-institucionais, vividas ao longo de sua existência. Os depoimentos muitas vezes são díspares, chegando a denotar uma deficiência na compreensão da própria história da ação educador do campo nacional.

É importante destacar que no cômputo geral da pesquisa, os representantes do Estado colocam-se hoje, na perspectiva de uma abordagem democrática, participativa, dialógica, de reconhecimento do caráter educativo das ações de ATER, com ênfase numa pedagogia da prática refletida, de construção e apropriação coletiva do conhecimento. Por outro lado, há uma enorme sensibilidade, até mesmo uma maior clareza, da parte das organizações da sociedade civil que atuam em parceria com o

Estado, da necessidade da problematização dos fatos concretos da realidade rural, como ponto de partida das ações de desenvolvimento. Elas reclamam sua participação, o respeito a seus conhecimentos e sua cultura desde o planejamento à execução, para que se alcancem soluções compatíveis com seus interesses, necessidades e possibilidades.

Entretanto, na prática cotidiana, as soluções dos problemas não se apresentam como dádivas. Elas requerem trabalho, prática refletida, organização social. Atualmente, mais e mais estas reflexões, já antigas na Educação Popular estão ganhando força, um novo caráter, e tendem a refletir o desejo de superar a relação linear e mecânica entre o conhecimento científico-técnico e a prática. O desempenho do profissional depende cada vez mais da sua capacidade para lidar com a “complexidade e resolver problemas práticos, através da integração inteligente e criativa do conhecimento e da técnica” (YINGER, 1986, p.28). É o que Schön (1983) denomina de conhecimento prático, que se dá através de um processo de “reflexão na ação” ou como, um diálogo reflexivo com a situação concreta, idéias, já defendidas por Freire (1969).

Concluindo, como sugestão levantamos alguns pontos que podem ser considerados pelos elaboradores de políticas, pelas instituições de ensino médio e universitário, pelo terceiro setor e os movimentos sociais e pelos profissionais do campo, ou sejam: I - A realização da pesquisa de campo com as instituições, no nordeste, possibilitou uma visão de conjunto sobre o que pensam os representantes institucionais sobre a necessidade e possibilidades da reestruturação da ATER oficial na região, com amplitude nacional. As reflexões sinalizam que há uma sensibilidade latente e expressa, em muitos casos, para uma abordagem de extensão rural, referenciada no atendimento dos interesses dos agricultores (as) familiares, como sujeitos do processo. Estes sinais evidenciam a importância de se considerar em caráter primordial, os seguintes pontos: repensar o desenho institucional no âmbito governamental, federal, estadual e municipal, implementando uma nova institucionalidade, através da desconcentração e descentralização das políticas, para propiciar ações locais auto-sustentáveis; desenvolver um processo de planejamento estratégico participativo das instituições, baseado na abordagem, métodos e estratégias da Educação Popular; desenvolver um programa de fortalecimento do Trabalho Humano em todos os aspectos, na perspectiva da gestão social através da criação e fortalecimento das organizações locais, assim está evidenciado uma nova formação; II - os métodos de extensão não mais poderão ser vistos como instrumentos de persuasão, mas como oportunidades de participação, conscientização, de promoção de auto-diagnósticos, no desenvolvimento de ações

coletivas e organizativas dos agricultores (as). Estas terão que ser visualizadas como forma de participação, que contribui para lhes dar poder, acessar benefícios e exercer a sua cidadania. A concretização das ações aqui propostas pelos próprios sujeitos, ofereceram maiores condições para que esta ATER possa exercer seu papel com vistas a inclusão social dos agricultores (as) familiares na perspectiva do desenvolvimento de açpara que esses educadores construam novos métodos; III - a Extensão do Campo deverá trabalhar a formação de seus profissionais na perspectiva daquele que não leva a informação pronta, acabada, estática, mas é capaz de problematizá-la com os agricultores (as), para a construção de um novo conhecimento, conforme nos sugere o conceito de Educação do Campo. Ele deve ser um educador do campo para o desenvolvimento, um sujeito reflexivo e interativo e não, um profissional tecnicista, com postura autoritária, que considera os agricultores (as) como “objeto”, que não pensa interdisciplinarmente e que admite valor científico, somente ao que é mensurável. Ele deve ter seus atributos e habilidades ampliadas para conceber uma ruralidade emergente, trabalhar com a multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura na perspectiva de genero, geração e raça e etnia, considerando uma socio-economia solidária e a soberania alimentar para uma justiça socio-ambiental. Será enfim, um educador do campo que vivenciando os princípios da Educação Popular, construirá conhecimentos novos, a partir da realidade, propiciando aos agricultores (as) a possibilidade de também refletir sobre ela, de forma a reconhecerem a importância do conhecimento do educador no desenvolvimento produtivo, mas valorizando o seu próprio saber, entendendo que seus conhecimentos são complementares, sem o que as ações implementadas não seriam duradouras.

4. Referências bibliográficas

- ASAE . **Repensar a extensão rural**. Rio Grande do Sul, Mimeo, 1986.
- CAPORAL, F. R. e FIALHO, J. R. D. **A disciplina de extensão rural no curso de agronomia da UFSM**: análise geral e sugestão de um novo programa. Rio Grande do Sul, UFSM, 1980.
- CAPORAL, F. R. **La extensión agrária del sector público ante los deságios del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba: ISEC/ETSAIM, 1998.
- COSTA, A.L. **Extensão rural e meio ambiente**. Rio Grande do Sul, Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental-Rundação UFRG, 2007.
- FREIRE, P. **Extención o comunicación?** Santiago do Chile, Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária, 1969.
- FURTADO, E.D.P. **A educação popular e a extensão rural oficial**: a capacitação como uma estratégia para uma nova institucionalidade. Anais da 22ª Reunião da ANPEd, Caxambu, 1999.
- HALL, A. – **Community development**. Glagow, Penguin, 1988.

MDA/SAF/DATER. **Política Nacional de ATER – assistência técnica e extensão rural**. Brasília, MDA, 2008.

YINGER, R.J. **Teacher and teacher education**. London, Penguin, 1986

RESUMO –

Educação do campo – política de extensão do campo – demanda de formação

Este trabalho relata um “survey” que objetivou o estudo da prática dos “extensionistas” dos órgãos de Extensão Rural do Nordeste a partir dos atores sociais e institucionais que estão envolvidos com essa prática, relacionando-a com a PNATER, com vistas a identificar demandas de formação para contribuir com a execução da política de ATER. Bases teóricas: educação popular, educação do campo e abordagens de extensão rural. O quadro referencial, pesquisa qualitativa do tipo descritiva e explicativa. Desenvolvida no Nordeste, através de contatos pessoais e eletrônicos, entrevistas individuais e grupais, observações registradas em diário de campo e análise de documentos. Os dados foram organizados e analisados usando o Nud’Ist. Os resultados sinalizaram para uma Extensão do Campo, que considera o profissional e agricultores(as), sujeitos do processo, destacando uma demanda de formação de profissionais, como educadores do campo, reflexivos e interativos.